



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 59, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

1 Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas,
2 realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE,
3 situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e,
4 virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara
5 de Educação Básica – CEB, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi
6 Callegari, Gastão Dias Vieira e Leila Soares de Souza Perussolo e, de forma virtual, dos
7 Conselheiros Givânia Maria da Silva (Presidente), Heleno Manoel Gomes de Araújo
8 Filho (Vice-Presidente), Cleunice Matos Rehem, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão
9 de Sousa, Israel Matos Batista e Márcia Teixeira Sebastiani, registrada a ausência das
10 Conselheiras Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata), Maria do Pilar
11 Lacerda Almeida e Silva e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa. Inicialmente, a
12 Conselheira Givânia Maria da Silva informou que a Reunião de Trabalho se destinava,
13 inicialmente, ao debate sobre o projeto de resolução que institui as diretrizes operacionais
14 para assegurar a oferta dos componentes curriculares de artes visuais, dança, música e
15 teatro no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com a presença do senhor Alexandre
16 Falcão de Araujo, coordenador-geral da Educação Integral e Tempo Integral da Secretaria
17 de Educação Básica da SEB/MEC e, em seguida, ao tema do acompanhamento da
18 obrigatoriedade e cumprimento dos duzentos dias letivos, com a presença do senhor
19 Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da União Nacional dos Conselhos
20 Municipais de Educação – Uncme. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo
21 esclareceu que a comissão para a elaboração de normas complementares à Base Nacional
22 Comum Curricular – BNCC com orientações específicas para o componente de arte, em
23 suas diversas manifestações, foi recomposta no ano de dois mil e vinte e quatro com a
24 posse do novo colegiado da CEB e o trabalho realizado anteriormente foi retomado com
25 as contribuições da SEB/MEC. Em seguida, ainda com a palavra, destacou que a
26 comissão realizou várias reuniões, contou com escutas qualificadas das entidades
27 representativas das mais diferentes linguagens da arte, além de recuperar o debate do
28 documento que foi produzido após a realização do Seminário Currículos da Arte, que
29 aconteceu em Brasília, em junho de dois mil e vinte e quatro, para efetivar a escrita do
30 texto que subsidiou a produção do atual documento. Indicou que o parecer apresenta o
31 percurso histórico do ensino de arte, e trata da garantia do direito à aprendizagem das
32 diferentes linguagens e modalidades dentro do currículo escolar. O senhor Alexandre
33 Falcão de Araujo destacou que foi realizada escuta ampla para construção dos subsídios,
34 a partir de consulta pública e dos aportes da SEB/MEC, em alinhamento com o Conselho
35 Nacional de Secretários de Educação das Capitais – Consec; Conselho Nacional de
36 Secretários de Educação – Consed; Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 59, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

37 de Educação – Foncede e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação –
38 Uncme. A Conselheira Givânia Maria da Silva tratou da importância de realizar a
39 atualização do tema e indicou que o objetivo da reunião se destina à apresentação da
40 minuta, pois a deliberação final está prevista para janeiro de dois mil e vinte e seis. O
41 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho apresentou suas sugestões para o
42 aprimoramento da minuta de resolução. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo
43 indicou que os conselheiros podem enviar contribuições à minuta apresentada e indicou
44 a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias sobre o tema, caso necessário.
45 Em seguida, começou a segunda parte da reunião sobre o acompanhamento da
46 obrigatoriedade e cumprimento dos duzentos dias letivos. O Conselheiro Antonio Cesar
47 Russi Callegari destacou a sua participação no trigésimo quarto Congresso Nacional dos
48 Conselhos Municipais da Educação, realizado em Fortaleza/CE, no final do mês de
49 novembro de dois mil e vinte e cinco, com o tema "Conselhos Municipais da Educação,
50 um olhar para o próximo decênio: Educação Inclusiva, Equidade, Justiça e Qualidade
51 Social, Financiamento e Infraestrutura", e elogiou a qualidade dos debates realizados no
52 evento. Ainda com a palavra, informou que gostaria de contar com a presença do senhor
53 Manoel Humberto Gonzaga Lima durante a abertura dos trabalhos do CNE em dois mil
54 e vinte seis, quando o Ministro da Educação, Senhor Camilo Santana, participará da
55 reunião do Conselho Pleno, para a assinatura do ato de instituição do fórum dos
56 conselhos. O senhor Manoel Humberto Gonzaga Lima destacou que o evento em
57 Fortaleza/CE contou com a presença de cerca de oitocentos participantes e se consolidou
58 como o maior espaço de articulação política e formação dos Conselhos Municipais de
59 Educação (CMEs). A Conselheira Givânia Maria da Silva destacou a realização de
60 diversos encontros nacionais e internacionais para discutir os desafios das comunidades
61 quilombolas e propôs a aproximação com a Uncme, visando o alinhamento e a orientação
62 para os estados e municípios na implementação de políticas para a Educação. A
63 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo apresentou uma rápida introdução sobre o
64 desenvolvimento, no âmbito do CNE, da pauta do cumprimento, obrigatoriedade de
65 acompanhamento e monitoramento dos duzentos dias letivos. Destacou que a presente
66 sessão de trabalho seria destinada a ouvir os relatos das experiências exitosas dos sistemas
67 de ensino municipais e estaduais, considerando as normas exaradas nos respectivos
68 conselhos com orientações ou diretrizes locais para mitigar o descumprimento dos
69 duzentos dias em decorrência de diversos fatores como: operações policiais, desastres
70 ambientais, ausência de transporte escolar, questões administrativas, entre outras.
71 Destacou que o documento preliminar incorpora os programas e projetos que o MEC tem
72 implementado como o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens; e o
73 Programa Escola que Protege que contempla ações para o gerenciamento de riscos e o



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 59, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

74 trabalho com os aspectos socioemocionais. Destacou que há sistemas de ensino que
75 possuem calendários estendidos com mais de duzentos dias letivos, para a ocorrência de
76 alguma paralização. Ressaltou a importância da intersetorialidade entre educação, saúde,
77 segurança pública e assistência social. Concedeu à palavra ao senhor Humberto Manoel
78 Gonzaga Lima que apresentou detalhes sobre o trabalho realizado atualmente pela
79 Uncme, e informou que há duas representantes que acompanham o cumprimento da oferta
80 dos duzentos dias letivos e produzem relatórios frequentes: a senhora Ester Carvalho,
81 diretora de Apoio Institucional, Auditoria e Compliance da Uncme e Letícia Cavalcante,
82 da Secretaria Executiva da Uncme/DF. Ainda com a palavra, prontificou-se a participar
83 de forma mais ativa das discussões no âmbito do CNE, pois o trabalho da Uncme relativo
84 ao cumprimento dos duzentos dias letivos está em andamento e se comprometeu a
85 encaminhar os relatórios que já produziram sobre o tema. Destacou que, brevemente, a
86 Uncme publicará material com quarenta e seis experiências exitosas acompanhadas pelos
87 conselhos municipais de Educação. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo frisou
88 a necessidade da criação de um observatório no qual seriam registradas as estratégias e
89 as experiências que municípios ou os estados utilizaram para mitigar o não cumprimento
90 dos duzentos dias letivos, que servirá aos gestores na elaboração dos planos de apoio, de
91 articulação com a comunidade, e com as áreas intersetoriais para auxiliar as escolas no
92 cumprimento dos duzentos dias letivos. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Calegari
93 parabenizou a comissão pelo trabalho realizado desde o mês de dezembro de dois mil e
94 vinte e quatro. Sem outras manifestações, a Sessão de Trabalho foi encerrada às dezoito
95 horas e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marville Bueno, lavrei esta ata que, uma
96 vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim, e pela Conselheira Givânia Maria
97 da Silva, Presidente da Sessão. Brasília, quatro de dezembro do ano de dois mil e vinte e
98 cinco.